

VENGO A PROPONERLES UM SUEÑO – NÉSTOR KIRCHNER, a reconfiguração do Estado argentino e as políticas sociais no início do século XXI

Carolina Osores

Docente de Facultad de Humanidad y Ciencias Sociales – FHyCS. Doctoranda em Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Jujuy - UNJu

Reynaldo Zorzi Neto

Professor do Instituto Federal de Goiás – IFG. Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. e Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Jujuy – UNJ
paneladeferro@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas de educação superior durante o período em que Néstor Kirchner foi presidente da Argentina. Buscando entender o contexto e o sentido das políticas públicas desenvolvidas na área, afirmamos que, se de um lado, houve uma ruptura do neoliberal praticado na década de 90 naquele país (governo Menem) esta ruptura não foi total, na medida em que se observou, por outro lado, uma lentidão do governo em promover reformas e fortalecer a educação privada, assim como um lentidão em transformar as políticas, em função dos inúmeros interesses e grupos que se alojaram no governo e no Ministério da Educação, com pontos de vista e interesses diferentes e conflitantes sobre a educação superior e o papel que o Estado deveria desempenhar neste setor da educação.

Palavras-chave: Argentina. Educação Superior. Governo Nestor Kirchner. Neoliberalismo.

Vengo a proponerles um sueño – Néstor Kirchner, the reconfiguration of the Argentine State and social policies at the beginning of the 21st century

Abstract

This paper aims to analyze higher education policies during the period when Néstor Kirchner was president of Argentina. Seeking to understand the context and meaning of public policies developed in the area, we affirm that there was a rupture in the neoliberal practiced in the 90s in that country (Menem government) but this rupture was

not total, as it was observed a slowness by the government to promote reforms and strengthen private education, as well as a slowness in transforming policies, due to the innumerable interests and groups that lodged in the government and in the Ministry of Education, with points of view and different and conflicting interests in higher education and the role that the State should play in this sector of education.

Keywords: Argentina. Higher Education. Nestor Kirchner Government. Neoliberalism.

Introdução

Ao longo da maior parte dos anos 90, a força do neoliberalismo se apresentou nas maiores e mais importantes nações da América Latina como inquestionável. Na Argentina e em outros países do sub-continente, o aparente sucesso de suas políticas econômicas nos primeiros anos da década, mesmo considerando a forte oposição empreendida pelos movimentos sociais que se opuseram a ele desde o princípio, garantiram a sobrevivência e a continuidade do modelo. O mesmo se deu tanto pela via democrática (como por exemplo nos casos brasileiro e argentino), ou pelo uso da força, em golpes de Estado, (sendo o caso mais conhecido o autogolpe do peruano Alberto Fujimori). Entretanto, no final do século já era patente o cansaço das populações com o modelo neoliberal.

As alterações no perfil político das lideranças dos países latino-americanos que emergem no novo paradigma para América Latina podem ser entendidas a partir das transformações econômicas vividas nestes países. As crises cambiais enfrentadas pelo México (1994), Brasil (1998/99) e Argentina (2001) provocou enormes desequilíbrios nos balanços de pagamentos dos países da região, além de ter piorado a condição de vida das populações latino-americanas. Como resultado disso, cresceu a expectativa nestas sociedades pela chegada ao poder de governantes que representassem um novo modelo político-econômico capaz de promover o crescimento aliado à diminuição da desigualdade social.

O novo milênio iria então assistir na maior parte da América Latina o reflorescimento, enquanto possibilidade real de poder, dos políticos, partidos e movimentos que retomavam a defesa do papel do Estado como indutor do

desenvolvimento nacional e reconheciam neste Estado um elemento fundamental na análise da evolução de seus países. Foi dessa forma que intensas mudanças no cenário político da América Latina apontaram para mudanças conjunturais desse cenário. Em 1998, a vitória do presidente Hugo Chavez na Venezuela, construída a partir de fortes críticas ao modelo liberal, já é entendido por muitos como um prenúncio do esgotamento do modelo neoliberal em continuar se mantendo no poder. Em 2002, a vitória da centro-esquerda no maior país da América Latina, com Lula, reforça esta tendência. E, em 18 de maio de 2003, chega a vez da Argentina, com os peronistas mais uma vez a frente, escolherem a Néstor Kirchner como presidente da nação¹.

É neste clima de incerteza e desconfiança da população em relação ao sistema político e as forças políticas do país, que assume em 25 de maio de 2003 o presidente Néstor Carlos Kirchner. O ex-governador de uma província do sul do país pouco importante no cenário nacional (Santa Cruz) precisa de imediato lidar com as condições adversas que o levaram a chefia do executivo nacional². Desde o ponto de vista político, a forte resistência interna de seu partido (Justicialista) do qual não era o candidato preferencial; eleição com apenas 22% dos votos, depois de Menem desistir quando os dois já estavam no segundo turno das eleições; e ainda tendo que enfrentar uma maioria de governadores que apoiaram as políticas neoliberais implementadas por Menem.

Do ponto de vista econômico, como mencionado, os resultados eram ainda mais desafiantes e confrontadores: Uma perda de 20% do PIB (em relação ao final do governo Menem) e de 27% na produção de bens (sendo 52% no setor de construção, 33% no produto industrial e 14% no setor de serviços); inflação que nos quatro primeiros meses de 2002 acumulava 21%, com um regime cambial fora do controle;

¹ Ainda que apontando que os novos governos não representassem um conjunto homogêneo, SADER (2009) destaca como principais líderes desse movimento, além dos já citados, os presidentes Tabaré Vázquez no Uruguai, eleito em 2005, Evo Morales (2006) na Bolívia, Michelle Bachelet (2006) no Chile, Rafael Correa, (2007, eleito três vezes) no Equador, Cristina Kirchner (2007, eleita duas vezes) na Argentina, sucedendo a seu marido Néstor, Fernando Lugo, (2007) no Paraguai e, finalmente, Dilma Rousseff, (2011, eleita duas vezes) no Brasil.

² O escritor peronista José Carlos FEINMANN (2001: 25) escreve sobre as dúvidas que tinham os argentinos a respeito do novo governo: *"Si alguien buscara causas para justificar una mirada más que escéptica sobre "el pueblo argentino" bastaría recordar que Carlos Menem ganó las elecciones del 27 de abril de 2003. Saca el 24% de los votos. Lo sigue Néstor Kirchner con el 22. Tercero: Ricardo Lopes Murphi. Cuarto: Adolfo Rodríguez Saá. Quinta: Elisa Carrió. Se podría decir: a Kirchner se lo veía como un títere de Duhalde, se le decía Chirilita, nombre que pertenecía al muñeco del ventrílocuo Chasman. ¿Quién conocía a Chirilita? Sin embargo, en ese exacto momento de la historia, Duhalde tenía acertos que se le reconocían: él, y su ministro de economía, Lavagna, habían conducido la transición entre el país del que se vayan todos al de estas elecciones"*.

retração na demanda interna, resultado da diminuição do nível de investimento (da ordem de 54%) e consumo da população (22%); déficit primário de 3,1% do PIB; saída de capitais acumulada desde o ano de 2001, de cerca de US\$ 20,3 bilhões, que representava 7,6% do PIB de 2002; redução de 55% das reservas internacionais desde 2001 (de 27,67 bilhões de dólares para 12,17 bilhões). Além desses dados, por si só já inquietantes, Mechon (2007, p. 122) vai destacar outros 5 pontos internos e externos preocupantes:

Forte recessão econômica vivida em um dos mais importantes parceiros comerciais, o Brasil;
Absoluta ausência de crédito para financiamento internacional, consequência direta da falta de credibilidade do país, tanto para o setor privado, quanto para o setor público;
Congelamento dos depósitos bancários (*corralito*), que afetava a capacidade de investimentos e consumo da população;
A existência de 14 emissões de moeda diferentes circulando em 11 províncias (levando ao virtual desaparecimento da unidade monetária no país) e;
A percepção de uma situação social altamente conflitiva e uma crise político-institucional bastante grave.

Já no seu discurso de posse no Congresso, em maio de 2003, Néstor Kirchner declara a intenção de fazer com que o Estado retome o controle dos instrumentos macroeconômicos, assim como gerar uma política econômica em que a prioridade seja a produção e o emprego e não a financeirização, como tinha sido no período passado. Kirchner afirma que pretende implantar, como anunciado em campanha, um projeto neodesenvolvimentista para o país, voltado a busca do pleno emprego, a defesa da indústria nacional, o fortalecimento do mercado consumidor interno, a reconquista da soberania nacional perdida nos anos 90. Mas, para além de metas e ideias, FEINMANN (2011: p. 46-47) lembra da forte carga emocional³ em que se constitui o discurso de posse:

La primera frase que me llamó la atención fue: sabemos a donde vamos y sabemos a dónde no queremos ir o volver. (...) Tenía firmeza, convicción, el tipo era, a todas luces, un apasionado. La siguiente frase en que me detuve ya fue decisiva. Este tipo venía a enfrentar al

³ Menos entusiasmados com o discurso de posse do novo presidente, autores como GAK (2006) preferem defini-lo como “razoavelmente” progressista.

neoliberalismo. Venía a poner la política sobre el tapete. La política, esa gran negada durante la década anterior, sometida descaradamente a la economía, una economía de pocos, de exclusión, de marginalización, de mercado libre para las corporaciones. Dijo: Sabemos que el mercado organiza económicamente, pero no articula socialmente, debemos hacer que el Estado ponga igualdad allí donde el mercado excluye y abandona. (...) Kirchner fue claro: lo que el mercado, por su naturaleza, no puede hacer lo tiene que hacer el Estado. El Estado es la herramienta de la política. La economía no es entonces “libre”. ¡Horror! El intervencionismo estatal es una de las grandes pesadillas del orden imperante.

O novo governo vai tratar também inicialmente de temas de grande apoio popular para os Argentinos, sobretudo aqueles relativos a questão dos direitos humanos: aproveitando-se do poder que lhe prevê a Constituição do país, Kirchner renova a Corte Suprema do país, destituiu o comando das forças armadas, anula as leis de *punto final* e *obediência devida*⁴, que garantiam a não punição de militares envolvidos em casos de tortura, durante a ditadura militar. Na economia, procurou superar o grave quadro deixado pelos seus antecessores, caracterizado pela estagnação da produção do país, o desemprego galopante, a alta desvalorização da moeda, entre outros problemas. Executou uma série de políticas centradas na recuperação do mercado interno e da oferta de trabalho.

O “núcleo central” dessa política, segundo Suasnabar (2005, p. 88- 89) foi a política cambiaria, que buscou manter o câmbio real alto, protegendo a competitividade da indústria argentina e impulsionando as exportações. Sobre a constatação de crise pela qual o país se encontrava, Kirchner propõe a construção de uma base política e econômica “alternativa”. Segundo suas palavras: “*Hay que superar la década de 90 (...) debemos concebir un proyecto de nación o se va a profundizar el proceso, no ya de crisis, sino directamente de decadencia nacional*” (KIRCHNER, 2003, p. 29). Esta política segundo Feldfeber; Gluz (2011, p. 342) potencializou a recuperação econômica, cuja marca mais significativa foi o invejável decréscimo da dívida pública (de 139% em 2003 para 51% em 2007) e o significativo crescimento de 40% da economia argentina

⁴ “Durante o governo do presidente Raúl Alfonsín (...), a Argentina aprovou leis que anistiavam agentes da ditadura, e o inquérito sobre crimes cometidos na Escola Superior da Marinha (ESMA) foi arquivado. No entanto, em 20/03/2003 o Congresso aprovou o projeto de lei enviado por Néstor que derrubava essas leis de anistia. Oito anos depois, a Justiça condenou os primeiros militares por crimes contra a humanidade. Cerca de mil ex-membros da Forças Armadas foram acusados graças a esta mudança.” (G1, 10/12/2005)

(baseado sobretudo pela retomada do setor produtivo e ao contrário da década de 90, quando o crescimento foi apoiado no fortalecimento do setor financeiro). Ainda citando estas duas autoras, elas apontam como elementos importantes da política econômica kirchnerista o fato de que o crescimento econômico, ao contrário de momentos anteriores, em que o crescimento beneficiou apenas a parcela mais rica da população do país, atingiu positivamente os mais pobres. Embora tenha ficado longe dos níveis que historicamente caracterizaram a distribuição de renda Argentina como uma das mais igualitárias da América Latina, o governo Kirchner conseguiu, pelo menos, fazer o país voltar aos indicadores de distribuição de renda do início dos anos 90. Feldfeber; Gluz (2011, p. 344) destacam:

Los impactos sobre la reducción de la pobreza fueron importantes, fundamentalmente por la disminución del desempleo, y potenciados por algunas de las políticas gubernamentales, como la recuperación de las convenciones colectivas de trabajo como instrumento de negociación salarial, la recomposición de los ingresos de los jubilados, la incorporación de 2 millones de beneficiarios al sistema jubilatorio, entre otras. También contribuyó la progresiva implementación de planes que promovieron formas asociativas y autogestivas de trabajo, sustentados en la concepción del trabajo como mecanismo de inclusión. Sin embargo, estas políticas aún permanecieron ligadas a los patrones asistenciales de la década anterior. A partir del año 2003 se revierte la tendencia al aumento de la desigualdad, sin embargo la reducción de la brecha entre los sectores más ricos y más pobres de la población apenas se ubica en los niveles que tenía a mediados de los '90, lejos de la distribución de la riqueza que en los '70 colocaban al país entre los más igualitarios de América Latina.

Um Estado para além do mínimo: a Argentina de Nestor Kirchner e o desenvolvimentismo

Para muitos autores, a nova configuração político-econômica da Argentina no início século marca o nascimento de um novo paradigma para atuação global do Estado na América Latina. Se diferenciando das experiências desenvolvimentistas da década de 50 e 60, e ao mesmo tempo reconhecendo a inspiração deste modelo, este novo paradigma acaba por ganhar o nome de neodesenvolvimentismo (*neodesarrollismo*). Da mesma forma do que aconteceu nas décadas de 50 e 60, com a substituição das importações e a busca do fortalecimento das indústrias nacionais e a década de 90, com a realização de uma liberalização financeira extremada, a Argentina que emerge no novo século, com Néstor Kirchner a frente, será um dos países que vão

abraçar com mais entusiasmo o neodesenvolvimentismo (KATZ, 2015, p. 225). Negando e apontando as deficiências da experiência neoliberal, este também se diferencia e se distancia do modelo desenvolvimentista elaborado nos anos 50 do século passado, embora aceite alguns dos postulados originais desta formulação. O “desenvolvimentismo clássico” é caracterizado pela defesa de um modelo econômico definido como Estado “organizador”, voltado a apoiar a iniciativa privada nacional, através de subsídios e protecionismo econômico.

A partir desta visão estratégica, é responsabilidade do Estado organizar o crescimento do país através do fortalecimento da iniciativa privada nacional, o que significa dotar a iniciativa privada de competitividade, agindo para consolidar aquelas áreas onde ela tradicionalmente não é capaz de investir, como por exemplo na construção de estradas, infra-estrutura, portos, projetos de energia, extração de minérios e outros⁵. É também função do Estado, dentro de uma concepção pactualista, promover a definição de estratégias e objetivos comuns entre os interesses das classes sociais e grupos setoriais para se chegar ao desenvolvimento econômico do país.

Uma nação envolve uma solidariedade básica entre classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, profissionais de classe média e intelectuais podem entrar em conflito, mas sabem que comungam de um destino comum e que esse destino depende de seu envolvimento competitivo vitorioso no mundo dos estados-nação. Envolve, portanto, um acordo nacional. Um acordo nacional é o contrato social básico que dá origem a uma nação e a mantém forte e coesa; é o acordo entre as classes sociais de uma sociedade moderna que permite que ela se torne uma verdadeira nação, ou seja, uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 2).

Na sua concepção metodológica, como propõe Bresser Pereira (2008, p. 1) a teoria econômica desenvolvimentista se organiza através da articulação de três escolas

⁵ MEDEIROS (2017: p. 2) recorda que a China (e em menor destaque a Índia) são as referências para este modelo, porque consolidaram seu papel definitivo na economia mundial fazendo uso desta política que levou ao crescimento e mudando suas estruturas em velocidade maior que a média mundial.

de pensamento complementares, a escola clássica de Karl Marx e Adam Smith, a teoria macroeconômica de John Maynard Keynes e a teoria estruturalista latino-americana⁶.

A designação “nacional-desenvolvimentismo” enfatizava, em primeiro lugar, que o objetivo básico dessa política era promover o desenvolvimento econômico, e em segundo lugar, que, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, empresários, burocracia do Estado, classes médias e trabalhadores, unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, com o Estado como o principal instrumento da ação coletiva. Os notáveis economistas que naquela época estudaram o desenvolvimento e fizeram propostas de política econômica, juntamente com os políticos, funcionários governamentais e empresários que estavam mais diretamente envolvidos nesse processo, foram denominados “economistas desenvolvimentistas”, porque escolheram o desenvolvimento como o objetivo máximo de sua análise econômica e ação política (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 7).

Por sua vez, o neodesenvolvimentismo, é entendido como o “terceiro discurso” entre o velho desenvolvimentismo⁷ e a ortodoxia neoliberal. Bresser Pereira (2008) o define como um conjunto de ideias pelas quais no século XXI os países de renda média tentam se aproximar das nações mais desenvolvidas, não se caracterizando, a exemplo do desenvolvimentismo do século passado, como uma teoria econômica propriamente, mas como uma estratégia, baseada no keynesianismo clássico, que postula uma opção nacional de desenvolvimento pela qual as nações intermediárias podem se aproximar das mais ricas. Diferentemente do desenvolvimentismo, este modelo não é pensado para as nações muito pobres (na medida em que estas ainda não realizaram suas revoluções industriais) mas também é formulado como uma resposta as pressões dos países centrais para abertura da economia e integração dos mercados internacionais.

⁶ Entre os fundadores da teoria econômica do desenvolvimento incluem-se os poloneses Paul Rosenstein-Rodan e Michal Kalecki, o britânico William Arthur Lewis, os alemães Hans Wolfgang Singer e Albert Hirschman, o estoniano Ragnar Nurkse, o sueco Gunnar Myrdal, além do brasileiro Celso Furtado e o argentino Raúl Prebisch.

⁷ O velho desenvolvimentismo a que se refere Bresser Pereira diz respeito a aquele representado pelo pensamento da CEPAL, instituição criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 1948, e que representava uma nova proposta para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos, exercendo uma enorme influência nos anos 50, 60 e 70. A CEPAL defendia a importância de se promover a industrialização da América Latina e de ampliar as trocas comerciais entre os mesmos países da região, como estratégia para reverter a forte queda da taxa de crescimento, que era vista como o resultado do intercâmbio assimétrico realizado principalmente com a Europa e Estados Unidos.

O novo desenvolvimentismo se afasta também do discurso populista de esquerda, porque este discurso se opõe a globalização e ao capital financeiro. Os neodesenvolvimentistas enxergam na globalização comercial uma oportunidade para as nações de desenvolvimento médio usarem suas vantagens competitivas, sobretudo a mão-de-obra (mais barata que as nações desenvolvidas). Mas para que isso seja possível, as nações precisam ser capazes de formular políticas nacionais de desenvolvimento, sem interferência dos países ricos. Da mesma forma, os neodesenvolvimentistas não concordam com a defesa que a chamada esquerda populista faz do aumento do gasto público e concessões de aumentos de salários para o funcionalismo, por estas medidas gerarem e/ou agravarem os déficits públicos.

O discurso contrário é o da esquerda burocrático-populista. Desta perspectiva, os males dos países em desenvolvimento se devem à globalização e ao capital financeiro, que oneraram o país com alto endividamento externo e público. A solução proposta era renegociar a dívida externa e pública do país com um grande desconto. O segundo mal era a insuficiência da demanda, que poderia ser resolvida com o aumento do gasto público, acarretando déficits públicos crônicos. E o mal maior - a distribuição desigual de renda - poderia ser resolvido aumentando a renda mínima, os ordenados dos servidores públicos e a cobertura do sistema brasileiro de seguridade social. BRESSER PEREIRA (2008: p. 9)

Comparação entre o antigo desenvolvimentismo, o neoliberalismo e o novo desenvolvimentismo

Antigo desenvolvimentismo	Neoliberalismo	Novo desenvolvimentismo
Uma certa complacência com os déficits públicos e a inflação.	Nenhuma complacência com o desequilíbrio fiscal e a inflação.	Nenhuma complacência com o desequilíbrio fiscal e a inflação.
O Estado desempenha um papel central em termos de poupança e forçada e investimentos em empresas.	O Estado mínimo não desempenha papel na poupança forçada e no investimento das empresas.	O Estado tem um papel subsidiário mas importante na poupança forçada e no investimento das empresas.
A industrialização se baseia na substituição das importações e o comércio é pessimista em relação às exportações.	A industrialização é resultado da não intervenção do Estado no setor e é otimista em relação as exportações	O crescimento é voltado para a exportação e o comércio é realista em relação às exportações

Fonte: elaboração própria a partir de Bresser Pereira (2008).

O pensamento neodesenvolvimentista também condena o modelo neoliberal ou, como prefere nomear BRESSER (2008), a ortodoxia convencional. Este autor define o pensamento dominante na década de 90 como uma estratégia econômica formulada pelos Estados Unidos, através dos organismos supostamente⁸ internacionais (Banco Mundial e FMI), para as nações em desenvolvimento, como Argentina, Brasil e México.

Ainda que inspirada pelo pensamento neoclássico, a ortodoxia não pode ser confundida com esta, porque é, antes de mais nada, uma estratégia e não uma teoria, se voltando para orientar transformações políticas e instituições. Enquanto a teoria neoclássica foi construída nas universidades (sobretudo americanas, sendo Chicago considerado seu centro), a estratégia ortodoxa nasceu e se desenvolveu em Washington (por este motivo, foi também chamado de “Consenso de Washington”) e Nova York (através do Departamento do Tesouro americano e os bancos internacionais e multinacionais).

Desta forma, a ortodoxia convencional não é apenas a expressão da hegemonia ideológica americana sobre o resto do mundo, mas sobretudo em relação as nações que não possuem capacidade de desafiar esta supremacia, notadamente os latino-americanos. Enxergando um choque de interesses que seria próprio da natureza conflitante destas duas instituições, o neoliberalismo propõe que o caminho para o desenvolvimento passa pela necessidade de enfraquecer o Estado, em detrimento do mercado. Por sua vez, o neodesenvolvimentismo, propugna a busca de uma relação onde se reconheça a importância das duas instituições, onde o Estado seja entendido como uma ferramenta que deve ser utilizada para fortalecer o mercado, dotá-lo de competitividade externa.

Para que isso seja possível, o Estado precisa ser forte e “relativamente” grande em tamanho e atribuições. O discurso neoliberal, embora esteja travestido de “boas intenções” significa na verdade a expressão do novo imperialismo mundial, aquele que substitui o imperialismo clássico das nações ricas, baseado na existência de colônias e metrópoles, e que entra em crise com o fim da segunda guerra mundial.

⁸ Bresser Pereira (2008: p. 15) que usa a expressão “supostamente” por acreditar que estas agências internacionais estão na verdade a serviço dos interesses das grandes potências mundiais, notadamente os Estados Unidos.

É uma ideologia que está a direita do campo político, porque ao defender o Estado mínimo, se identifica com os interesses dos ricos e poderosos, da alta burguesia nacional e internacional. É também de direita na medida em que não aceita os gastos do Estado com saúde, educação, geração de emprego, construção de moradias, investimento em infra-estrutura, etc. Por ser uma expressão moderna do *laissez-faire* econômico, os neoliberais acreditam que o Estado deve se concentrar apenas em segurança interna e externa, não interferindo nos assuntos de natureza de coordenação econômica a até mesmo serviços sociais de assistência aos despossuídos. Da mesma, se assumem como uma ideologia individualista, ao se oporem veementemente a regulação da mão-de-obra por parte do Estado, através da imposição de limites a jornada de trabalho, valores mínimos para salários e direitos trabalhistas, acreditando que o mercado, através de negociações, é quem deve fazê-lo.

A diferença central entre a ortodoxia convencional e o novodesenvolvimentismo está no fato de que a ortodoxia convencional é fundamentalista de mercado, acreditando que o mercado é uma instituição que coordena tudo de maneira ideal se ficar livre de suas limitações. A alocação de fatores é a tarefa que ele realiza melhor, mas mesmo nesse caso enfrenta problemas. Ele deixa de estimular o investimento e a inovação suficientes. Deixa de garantir uma taxa de câmbio que seja compatível com a transferência de mão-de-obra para setores de maior valor agregado per capita. (...) Se as pessoas são capazes de construir instituições para regular as ações humanas, inclusive o próprio mercado, não há outra razão para que não possam ser capazes de fortalecer a organização ou o aparelho do Estado - tornando sua administração mais legítima, suas finanças mais sólidas e sua gestão mais eficiente [...] (BRESSER PEREIRA, 2008, p. 17).

Quadro 2

Comparação das estratégias de crescimento

Ortodoxia Convencional	Novo Desenvolvimentismo
As reformas reduzem o Estado e fortalecem o mercado.	As reformas fortalecem o Estado e o mercado.
Não há papel econômico para nação.	A nação define uma estratégia nacional de crescimento ou estratégia de competição internacional.

As instituições governamentais devem apenas proteger os direitos de propriedade e os contratos.	A Estratégia nacional de crescimento é a instituição chave do desenvolvimento.
O Estado desempenha um papel mínimo no investimento e na política industrial.	O Estado desempenha um papel moderado no investimento e na política industrial.
O crescimento é financiado pela poupança externa.	O crescimento é financiado pela poupança interna.
As contas de capital são abertas e a taxa de câmbio não é administrada.	Os ingressos de capital são controlados quando necessário para administrar a taxa de câmbio.

Fonte: Bresser Pereira (2008).

Inúmeras são também as críticas levantadas a essa estratégia. Se o modelo neodesenvolvimentista foi experimentado com sucesso por um período na América Latina, sua incapacidade de sustentar o crescimento econômico aliado a distribuição de renda por um período maior de tempo acabou levando sérias dúvidas a respeito de sua eficácia como estratégia para a região. Estes questionamentos foram aumentando na medida em que as soluções propostas pelo modelo, no Brasil, na Argentina, e em outros países, esgotou em sua capacidade de alavancar a economia, e a distribuição da renda entrou em um momento de estagnação⁹.

Katz (2015), por exemplo, busca resumir a aplicação do modelo neodesenvolvimentista na Argentina em três momentos distintos¹⁰: naquele que vai de 2003 a 2007, o governo Néstor Kirchner procurou dar uma feição de centro-esquerda para sua gestão, com uma retórica democrática e progressista, buscando

⁹ Exemplos paradigmáticos do esgotamento do *neodesarrollismo* na região sem dúvida são Brasil e Argentina.

¹⁰ Os outros dois momentos, de 2007 à 2010, e de 2011 até a crise final do modelo Kirchnerista-neodesenvolvimentista não serão tratados porque fogem do objetivo da tese, que é analisar o governo Néstor Kirchner. De uma forma geral, no entanto, o modelo não foi capaz de se sustentar diante dos interesses e das pressões advindas dos diversos interesses na sociedade argentina: Segundo KATZ (2015: p. 228) o aumento da inflação, por exemplo, foi produto da diminuição do desemprego e de uma certa tradição dos empresários argentinos em remarcar produtos. O fato é que o descontrole do governo neodesenvolvimentista (Cristina Kirchner) em gerir satisfatoriamente um elemento considerado chave para a economia, acabou colocando em cheque toda a gestão neodesenvolvimentista. Ainda a respeito do acaso neodesenvolvimentista, KATZ (2015: p. 229) observa: “*Después de transitar por todos los rumbos posibles, el gobierno se embarcó en un ajuste que cuestiona todos los principios neodesarrollistas. Elevó drásticamente las tasas de interés y forzó un encarecimiento del crédito que asfixia el consumo. De un estancamiento en la creación de puestos de trabajo se pasó a una coyuntura de menor empleo, en un marco de alta de informalidad laboral*”.

compensar os setores mais necessitados da sociedade das profundas perdas vividas na década passada. Foi assim que, buscando refletir a nova composição de forças políticas que emergiram das manifestações de 2001 ocorridas no país, se freou a excessiva especulação financeira que caracterizava a economia argentina e o Estado reassumiu seu papel de importância na construção de políticas macroeconômicas, o que acabou se configurando como positivo para o país: houve uma retomada do crescimento, alcançou-se baixos índices de inflação e o desemprego caiu. Além disso, um cenário econômico internacional favorável, com valorização dos preços dos produtos agropecuários, (o componente mais importante da pauta de exportações da Argentina, a exemplo do Brasil) também foi um elemento fundamental na recuperação do país, aumentando a entrada de recursos provenientes do comércio internacional. Durante estes quatro anos de governo Nestor Kirchner, a economia deu sinais consistentes de recuperação, havendo superávit fiscal, prática de baixas taxas de juros e aumento do consumo, que reavivaram a abalada indústria do país. Entretanto, como destaca Katz (2015, p. 230-231):

Los principales desequilibrios del experimento neodesarrollista radican en el propio modelo. Ese esquema supuso que bastaba con alentar la demanda para incentivar el despegue de un círculo vicioso de inversión y crecimiento. Inspirados en la heterodoxia keynesiana, sus promotores imaginaron que el simple aliento al consumo impulsaría a toda economía hacia un sendero de crecimiento auto sostenido. [...] Bajo el capitalismo los empresarios no sólo se interesan por el comportamiento de las ventas. Priorizan las ganancias y evalúan los costos. El empuje del consumo es reactivador en ciertas coyunturas, pero obstruye la rentabilidad en otras circunstancias. [...] Su idealización del capitalismo les impide percibir las contradicciones de este sistema.

Mendonça (2012) aprofunda sua crítica em relação ao *neodesarrollismo* apontando o caráter idealizado que este os defensores desta corrente têm em relação ao sistema. Acreditam os formuladores desta linha de pensamento que o capitalismo pode ser aperfeiçoado, tornando-se mais justo e equilibrado, atendendo assim aos interesses dos marginalizados e, ainda que mantendo algum nível de desigualdade que é intrínseco ao capitalismo, pode atingir uma condição social mais equânime. Se aproximando do pensamento marxista, este autor afirma a natureza contraditória do sistema capitalista, apontando assim as contradições desse modelo e denotando que o

problema do capitalismo está na realidade na impossibilidade de se conciliar os interesses do capital e do trabalho em uma sociedade governada pelos grandes interesses do capital:

Hoje, o papel do Estado mantém a função de transferir mais-valia social para o setor privado, principalmente através da expansão do agronegócio e de projetos energéticos e de infra-estrutura, centrados no controle da terra, água e minério. Portanto, em termos econômicos, não existe diferença entre neoliberalismo e o chamado “desenvolvimentismo” até porque o Estado mínimo nunca existiu para o capital. O processo que caracterizou o período chamado de neoliberal também foi marcado pela transferência de mais-valia para o setor privado através do aparato estatal, como no caso das privatizações de setores estratégicos. Com o agravamento da crise econômica, o que vemos na conjuntura mundial é a aplicação desse tipo de política, tanto pela social-democracia quanto por setores considerados neoliberais.

Na mesma linha marxista de pensamento, Meszáros (2009, p. 25) analisa o novo modelo que emerge, definindo que o seu nascimento se dá enquanto uma nova estratégia de conciliação de classes. Após a avalanche neoliberal do final do século, este autor afirma que este novo modelo se caracteriza apenas como mais uma tentativa do sistema capitalista de mascarar a existência de conflitos políticos, econômicos e sociais que são insolucionáveis, porque estão inerentemente ligados a sociedade capitalista.

O *neodesarrollismo* não deixaria de ser, portanto, apenas mais uma estratégia conservadora, que teria como objetivo primeiro a sobrevivência do capitalismo, com a manutenção da exploração de classes, só que agora sob bases “mais humanas”.

E segundo lugar porque atua no sentido de impedir que os explorados se organizem em torno de ideias a ações que tenham como objetivo negar o capitalismo enquanto saída para humanidade. Segundo este autor, portanto, não é de se surpreender que o “canto da sereia” keynesianista

[...] seja ouvido novamente como um remédio milagroso, como um apelo ao antigo espírito do “consenso expansionista” a serviço do “desenvolvimento”. Entretanto, hoje mal se ouve a canção que sai do fundo do túmulo do keynesianismo, pois o tipo de consenso mantido pelas variedades existentes de movimento operário acomodado visa tornar aceitável a inviabilidade estrutural da expansão e acumulação do capital, em nítido contraste com as condições que tornaram possível a implantação de políticas keynesianas durante um período de tempo.

O governo Néstor Kirchner e a construção de políticas sociais para além do Estado mínimo

A Argentina que existiu no início do século XX era, sob muitos aspectos, muito diferente daquela que termina o mesmo século. Os altos preços praticados no mercado internacional do seu principal produto de exportação, a carne, garantiam a entrada de divisas que fazia da economia deste país uma das mais pujantes do mundo, comparável mesmo as nações mais ricas da época. Sobretudo na capital Buenos Aires, existia um certo ar de superioridade e esse desenvolvimento e riqueza se refletiam na forma de ser da população. A Argentina possuía neste momento a maior renda per capita do mundo, e altos índices de acesso à educação (muito superiores se compararmos a seus vizinhos e que foram impulsionados por investimentos desde o século XIX, sobretudo a partir no governo Domingo Sarmiento (1868 - 1874)). Em um espaço de 30 anos (1895 à 1924), o Argentina assistiu a um enorme crescimento demográfico, resultado do grande fluxo de imigrantes ao país, com sua população saltando de 2 para 8 milhões de habitantes, concentrada sobretudo nas grandes cidades. Até hoje a Argentina, juntamente com o Uruguai, é a nação que apresenta as mais altas taxas de urbanização da América Latina, com mais de 90% da população vivendo principalmente nos grandes centros urbanos como Buenos Aires, Santa Fé, Cordoba, entre outras. OLIVEN (1999). Refletindo sobre a Argentina do passado e aquela que se apresentava no final do século, OLIVEIRA (2006: p. 275- 276) destaca que ela

[...] não poderia faltar como o exemplo mais desastrado de uma sociedade que havia sido, no começo do século XX, uma das cinco principais economias capitalistas de seu tempo. Tendo avançado na construção de uma sólida classe média, com níveis de urbanização e alfabetização que, não sem razão para o orgulho dos argentinos, a tornava um país desenvolvido, não latinoamericano em sua economia e estrutura social, com o perfil parisiense de Buenos Aires (dizem os argentinos, com certa razão, que Paris é que tem um perfil bonairense) [...] No caso argentino, a falência é imediatamente reconhecível tendo como causas uma longa desindustrialização e a aplicação à outrance do receituário neoliberal. [...] Há uma forte privatização no sentido arendtiano: os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, à insegurança, que decorre exatamente da privação do espaço público e da alteridade. A esfera pública é sempre uma suspensão do Estado hobbesiano: sua dissolução significa a volta aos conflitos

primitivos, em que o objetivo é eliminar o inimigo. Quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta. Não pode haver política, nem polícia: há apenas administração

Mesmo considerando isso, é preciso ver que, apesar de trás do bonito cenário que existia nessa sociedade, também subsistia aqui a mesma mentalidade e o mesmo tipo de perfil de elite de outras sociedades latino-americanas, que ao controlar o Estado nacional resistiam a qualquer iniciativa no sentido de promover mais igualdade e justiça social para as populações pobres. Assim, a concentração populacional nas grandes cidades, que é vista como o resultado da industrialização precoce e da imigração, aliada as altas taxas de escolaridade, acabou servindo de combustível para eclosão de inúmeros movimentos sociais que pressionaram, ao longo do século XX, pela construção e ampliação dos serviços públicos mais diversos à sociedade. Estas reivindicações, que no início são reprimidas, acabam sendo tomadas pelo movimento peronista, considerado não sem razão por muitos como o maior movimento social de massas da história do país.

Surgido na década de 1940, o peronismo¹¹, por ter entre outros elementos de sua ideologia uma influência da doutrina social da Igreja Católica, atrai a simpatia da população ao conceder um conjunto de direitos à classe trabalhadora. Adotando um discurso fortemente popular, Perón se consolida entre os trabalhadores, concedendo aumentos salariais e direitos trabalhistas, assim como assumindo uma postura favorável do Estado em relação as disputas entre os empregados e patrões. Buscando ampliar sua base de apoio, Perón também adota uma postura anti liberal (porque acredita que este modelo levava ao empobrecimento crescente do povo) e nacionalista, defendendo o desenvolvimento da indústria argentina e a presença do Estado na economia como forma de ajudar os mais pobres.

Esta postura, ainda que bem vista por uma parte importante da sociedade, sobretudo os setores médios da população, os intelectuais e estudantes, assim como pela classe trabalhadora, trouxe por outro lado a oposição das classes superiores, que se tornariam os tradicionais antagonistas do peronismo na política argentina. Aliás,

¹¹ O general Juan Domingos Perón assume o governo em 1945 (após ter sido Secretario do Trabalho e Previdência Social). Seria reeleito em 1951 e ficaria no poder até 1955, quando um golpe de Estado, comandado pelo general Eduardo Lonardi, o força a exilar-se na Espanha.

como resultam Bethel; Roxborough (1996, p. 41), esta posição em nada difere estas elites daquelas que governam a região:

O compromisso das elites latino-americanas (e da classe média) com a democracia, quando não existia apenas retoricamente, de forma alguma implicava a aceitação da participação popular maciça no processo democrático, o acolhimento dos partidos e esquerda na disputa pelo poder [...] nem o reconhecimento da força de trabalho organizada como ator político de peso.

Além disso, Perón também foi considerado pelos americanos o principal obstáculo aos interesses dos Estados Unidos país na região¹². Embora se opusesse a movimentos e partidos de esquerda, procurando desmobilizar opositores e controlar os sindicatos de trabalhadores e organizações ligadas a estas agremiações, muitos em Washington enxergavam neste presidente uma inspiração fascista, que neste momento não era visto com bons olhos pela Casa Branca¹³. Ainda que o peronismo tenha passado por enormes transformações ao longo destes 80 anos, Murmis; Portantiero (1973, p. 133) definem como características históricas principais deste movimento nos seus primeiros anos de existência os seguintes elementos:

1. Justiça social, baseada na não luta de classes;
2. Independência econômica do país diante dos monopólios estrangeiros;
3. Terceira posição no âmbito internacional, entendida como uma atitude neutralista em relação aos dois grandes blocos que, durante os anos de seu governo, se defrontaram com a guerra fria.

Por sua determinação em promover, ainda que maneira tutelada, a proteção dos trabalhadores, e por sua defesa de neutralidade argentina na política exterior, Perón também terá contra si uma oposição muito ativa, conforme descreve Neiburg (1997, p. 17):

À medida que o então coronel Juan Perón ia sendo identificado como o “homem forte” do regime militar, sua figura transformava-se em

¹² “O período posterior a 1950, no entanto, assistiu a uma crescente reaproximação entre Perón e Washington, de sorte que mesmo antes da queda de Perón em 1955, a Argentina já não estava muito distanciada do resto da América Latina”. BETHEL e ROXBOROUGH (1996: p. 54).

¹³ Neste momento, destacam BETHEL e ROXBOROUGH, o grande problema para os americanos na América Latina não é o comunismo, fraco demais para rivalizar com a influência americana na região, mas sim o “resistente fascismo” que ainda estava presente em países importantes da região, como a Argentina de Perón e o Brasil, com Getúlio Vargas. Tendo em vista este fato, é que os Estados Unidos desenvolveram nestes primeiros anos da guerra fria, uma política no sentido de se afastar daqueles países que mantinham regimes autoritários no continente.

alvo de uma oposição que aglutinava a maior parte dos partidos políticos e das elites sociais e econômicas que o combatiam tanto no terreno da política social e trabalhista quanto no da política exterior. Perón, no entanto, tinha o apoio de grupos de trabalhadores que reconheciam o caráter social de seu plano de reformas, de dirigentes sindicais que procuravam ganhar espaços dentro do campo sindical e, também, de grupos de intelectuais e políticos “nacionalistas” que desejavam reforçar a posição de neutralidade argentina na Segunda Guerra contra a atitude favorável aos aliados de seus inimigos “liberais”.

Já na década de 70, quando os militares assumem o poder (1976 - 1983), a questão das políticas sociais passa a ser tratada como “caso de polícia” na Argentina. As demandas sociais foram reprimidas e as reivindicações por melhorias nas condições de vida e acesso a serviços públicos de qualidade foram entendidas, não raro, como subversão política e inúmeros militantes sociais (muitos não necessariamente militantes de partidos políticos de esquerda) foram perseguidos e mortos pela ditadura. Em 1983, o general Reynaldo Bignone, após a malvadada tentativa de retomar da Inglaterra o controle sobre as Ilhas Malvinas, deixa o poder, passando a presidência para o civil Raúl Alfonsín que, a despeito de ser considerado por muitos como um representante do “radicalismo de esquerda”, com alguma disposição em promover políticas sociais, acabou tendo seu governo solapado pelas imensas dificuldades econômicas pelas quais a Argentina atravessou na década de 80. Isso fica evidente, quando observamos, por exemplo, a forma pela qual este governo tratou a demanda social pela ampliação da ofertas de vagas na universidade pública. Ficam claras as limitações que o governo enfrentava, como nos assinala Kent (1997, p. 141):

La administración radical que gobernó al país entre 1983 y 1989 no pretendió modificar el régimen de financiamiento de las universidades nacionales. Presionada por los programas de ajuste económico, dirigidos a equilibrar las finanzas del Estado, colocó a dichas instituciones dentro de la política global de contención del gasto público, que a menudo entró en conflicto con las presiones sindicales y universitarias en su conjunto. Sin embargo, los proyectos de restructuración del gasto y de reforma del Estado no incluyeron – en caso de la educación superior – objetivos tendientes a la descentralización universitária o al incremento de los recursos que las instituciones obtienen de forma autónoma [...].

Como já descrito neste trabalho, o governo de Carlos Menem deixou um legado trágico para a Argentina, fruto da retração do Estado e da ausência de políticas sociais e de medidas econômicas neoliberais que levaram a pauperização crescente da sociedade. O país entrou em recessão a partir de 1999, momento em que se verificou impressionantes 3,4% negativos no PIB, além do desemprego e altos níveis de dívidas contraídas no exterior (cerca de 150 bilhões de dólares), sobretudo em função deste governo ter contado com o beneplácito de empréstimos dos organismos financeiros internacionais.

Além disso, um déficit fiscal de 10 bilhões de dólares que resultaram em fortes índices de rejeição da população, cansada com denúncias de corrupção e mal uso do dinheiro público. Mais que os números negativos em relação aos indicadores sociais no final do seu governo, talvez a mostra mais eloquente de um país deixado na condição de “terra arrasada” foi o completo desarranjo institucional e político que se sucedeu, primeiro pela total incapacidade do governo De la Rúa em se sustentar, depois pela indecisão dos caciques políticos estabelecerem em uma alternativa politicamente possível de poder para o país. Sendo considerado um membro da ala progressista do peronismo, a ascensão de Néstor Kirchner mostra, antes de mais nada, que nunca foi uma tarefa fácil definir politicamente este movimento. A vitalidade do peronismo está em se transformar e reinventar todo o tempo, incorporando nesse processo discursos, práticas e personagens, à direita e à esquerda do espectro político, passando pelo também pelo centro. É desta forma que o peronismo reúne sob seu imenso “guarda-chuva” políticos de orientações muito diferentes, que vão de Carlos Menem à Néstor (e Cristina) Kirchner, de Héctor Cámpora à Eduardo Duhalde, de Axel Kicillof à Sergio Massa. Ainda que o governo Néstor Kirchner, desse sinais de cambios na política social, existiam muitas dúvidas entre estes diferentes espectros políticos a respeito de sua real disposição em se produzir políticas públicas voltadas a combater a pobreza que se abatia como nunca antes na história do país:

Kirchner fue caminando hacia el Congreso. Su custodia enloquecía. Se les iba una y otra vez. Se tiraba sobre la gente. Tocaba, lo tocaban, lo abrazaban (...). Pocos días antes había ido – visita que pareciera inevitable en este país – al programa de la Señora que Almuerza¹⁴. Él y

¹⁴ O autor refere-se a apresentadora Mirta Legrand.

Cristina, sólo ellos. La Señora que Almuerza, con su mejor sonrisa, les larga una frase gestada sin duda en los círculos del establishment con los que tan buena relación siempre ha tenido.

-¿Sabes lo que se dice? ¡Se viene un zurdaje!

Cristina reacciona casi de un salto. Con claro fastidio, dice:

- ¡Ai, esa palabra!

Más sereno, Néstor dice:

- Señora, esa palabra ha costado más de treinta mil vidas en la Argentina.

La Señora que Almuerza, sin dejar de sonreír, sin dejar traslucir que esa cifra, treinta mil, es, para ella y sus amigos, la cifra de los subversivos y sus madres, un invento, porque podemos asegurarle, señora, que si fueron ocho mil ya estamos concediendo demasiado, dice:

- Bueno, igual un poco de zurdaje no le va a venir mal a un país en el estado en que está. Hay tanta pobreza, ¿no?

La señora que Almuerza ha concedido que es el “zurdaje” el que se preocupa por la pobreza. Que los otros, sus amigos, sus empresarios, los militares, los estancieros, no. [...]

Para la derecha, el gobierno de Kirchner es el “zurdaje”. Para el “zurdaje” es apenas otro experimento nacional-burgués-populista que, aliado a la alta burguesía y las burocracias sindicales, pretende mantener el modelo capitalista sometido al imperialismo. (FEINMANN, 2001, p. 40-42).

Para entender como se comportou a política social do governo Néstor Kirchner, podemos tomar a definição de Berchansky (2008) que a descreveu, em linhas gerais, como “pragmática, quiza neodesenvolvimentista”. Foi pragmática no sentido de que procurou equilibrar concessões as classes menos favorecidas à responsabilidade fiscal.

E foi neodesenvolvimentista na medida em que buscou retomar os paradigmas clássicos deste modelo: a recuperação das funções e da soberania do Estado, a reconstrução da base industrial argentina, as obras e serviços públicos, a necessidade de se incorporar ao âmbito das relações internacionais (em conjunto com as nações da região) sem abrir mão dos objetivos fundamentais da política externa argentina e a busca do crescimento e do desenvolvimento. Em relação as iniciativas do governo Kirchner para a área social, podemos destacar uma série de programas criados a partir do Ministério de Desenvolvimento Social, que ficou sob comando de Alicia Kirchner, irmã do presidente e crítica do modelo neoliberal: o Plano Nacional de Desenvolvimento Local e Economia Social, Plano Nacional de Segurança Alimentar e o Plano Integral de Promoção da Família e da Comunidade.

Em relação as aposentadorias, é outorgada aposentadoria antecipada a mulheres com 55 anos e homens com 60 anos de idade, que tenham cumprido 30 anos de contribuição, considerando sua dificuldade para se reinserir no mercado de trabalho. Também são concedidas aposentadorias automáticas para todas as pessoas maiores de 70 anos, com ou sem contribuições prévias. Invertendo o caminho da privatização do sistema de aposentadoria iniciado por Menem, é reaberta a possibilidade para as pessoas voltarem ao regime estatal, saindo do privado, o que é um notável atrativo e são muitas as pessoas que o solicitam (BERCHANSKY, 2008, p. 104).

Berchansky (2008, p. 102- 103) aponta ainda a criação do programa “Chefes de Família”¹⁵, ainda em meio ao caos social instalado no início do governo em 2002, voltado a conceder US\$ 50,00 para chefes ou chefas de família, e que se mostra na verdade um programa de caráter emergencial, de feições neoliberais, para socorrer milhares de famílias que simplesmente não dispunham de renda alguma.

No entanto, apesar da criação dessas políticas, existe um intenso debate a respeito dos resultados obtidos pelas políticas sociais no período de governo de Néstor.

Mesmo considerando o sucesso destas no plano político, porque logrou o apoio dos setores populares (e que se mostrou decisivo na eleição de sua sucessora, Cristina Kirchner¹⁶), muitos autores se mostram críticos em a respeito das políticas sociais.

Para Basualdo (2006) por exemplo, apesar de alguns avanços conquistados, a renda dos trabalhadores na renda nacional seguiu sendo muito baixa, assim como não mudou a condição de milhares de argentinos que continuaram na condição de pobreza extrema. Em que pese o discurso e as boas intenções do novo governo, também persistiram profundas heterogeneidades no mercado de trabalho, a diminuição do desemprego durante o governo Kirchner, se refletiu na criação de mais empregos informais que formais.

Gak (2006) também discorre sobre o legado social dos anos de Néstor no poder, afirmando que embora ele não possa ser considerado uma continuidade dos tempos Menem, tampouco pode ser dito que rompeu com as estruturas de poder no país.

¹⁵ Os requisitos para poder receber o auxílio eram estar desempregado/a e possuir pelo menos um filho, devidamente matriculado na escola e com o calendário de vacinações em dia. Este programa chegou a ter no seu auge quase 2.000.000 de beneficiários.

¹⁶ Além de Cristina, mulher de Néstor, outros dois nomes do “clã” Kirchner se destacam. O filho, Máximo Kirchner, eleito deputado e a própria Alicia, eleita governadora, ambos por Santa Cruz, terra natal do presidente Néstor.

Se de um lado houve a renegociação da dívida, superávit fiscal, reativação da indústria e uma melhora dos indicadores econômicos, este autor também indica que o crescimento se refletiu principalmente no aumento dos rendimentos dos mais ricos, mas não em uma melhora dos indicadores econômicos dos mais pobres.

Conclusões

O contexto em que chega ao poder Nestor Kirchner, naquele 25 de maio de 2003, era bastante complexo. A dívida externa do país era o problema central enfrentado e os setores de saúde e educação estavam esquecidos e relegados, em um panorama de total desolação. Explicitando sua perspectiva a respeito da saúde em seu discurso de posse no Congresso Nacional, expressava *“el objetivo de dar salud a los argentinos impone que se asuman políticas de Estado que sean impermeables a las presiones interesadas, por poderosas que sean, provengan de donde provengan”*. Mensagem claramente dirigida aos setores defensores do modelo neoliberal no país que o procederam e que levaram a Argentina aos problemas econômicos e sociais que deveriam ser enfrentados e solucionados. A chegada do kirchnerismo em 2003, representado tanto Nestor como por Cristina (sua esposa, que vai sucedê-lo por dois mandatos), foi cercada de desconfiança pelo povo (que logo se convenceria do caráter popular do movimento) e pelo setores adversários e grupos de pressão, que tencionaram e se opuseram as principais medidas tomadas pelos dois presidentes. Basta lembrar a famosa passagem, um ano depois de sua posse, quando Nestor Kirchner ordenou ao chefe do exército argentino que retirasse um quadro do presidente golpista Videla da parede da galeria de presidentes argentinos do Colégio Militar da nação, buscando com isso expor e dizer que o kirchnerismo não corroborava com esta parte da nefasta história da Argentina. Em discurso proferido na mesma ocasião, ainda diria que

nunca más tiene que volver a subvertirse el orden institucional en la Argentina. Es el pueblo argentino por el voto y la decisión de él mismo, quien decide el destino de la Argentina. Definitivamente terminar con las mentes iluminadas y los salvadores mesiánicos, que solo traen dolor y sangre a los argentinos.

Sobre as medidas econômicas assumidas por seu governo, como por exemplo a política *“Jefes y jefas del hogar”*, destinada a transferência de renda para as famílias mais

carentes, os neoliberais sempre se opuseram, baseados na ideia de que cada um deve buscar os meios para sua sobrevivência, razão pela qual os “pobres são pobres porque querem”. Ainda sobre política econômica, Dabat (2012) afirma:

Durante ese período el PIB crecerá a una tasa anual del orden de 8 a 9% y tendrá lugar un proceso de reindustrialización encabezado por la industria automotriz (25% medio anual de crecimiento salvo crisis de 2009) y su creciente integración con la de Brasil. En el frente internacional habrá un gran desendeudamiento externo y un elevamiento muy grande de las exportaciones y la capacidad de importación. El desempleo descenderá muy rápidamente a tasas de 5% anual durante los primeros años con fuerte elevamiento del salario, sobre todo después de 2005.

Apesar dos bons resultados macroeconômicos, uma das características marcantes do período kirchnerista certamente foi a dura oposição de grupos econômicos e políticos que se opuseram a assunção na cena econômica dos setores sociais mais castigados e desfavorecidos por anos de políticas hostis aos mais carentes. Passados 17 anos da chegada do político “*santacruceño*” a presidência da República, Nestor Kirchner passaria de um político local para converter-se em um dos políticos mais importantes da história argentina. Será recordado não apenas pelo seu carisma, mas também por suas ações que tiveram impacto significativo na redução da desigualdade do país. Apesar dos críticos, nada pode apagar o legado e o impacto de suas políticas econômicas e sociais que colocaram a Argentina em um lugar de preponderância regional. Sua morte em 2010, abriu um grande vazio na política da Argentina.

Referências

Anales de la educación comum/tercer siglo/año 3/número 7/Nueva legislación educativa/Publicación de la Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires, Dirección Provincial de Planeamiento. Septiembre de 2007.

BERCHANSKY, Juan Carlos (tese de doutorado). **Século XXI: novo imperialismo e educação.** Brasil e Argentina nos governos Lula e Kirchner. Educação superior e a reforma da reforma. Campinas, SP, 2008.

BETHEL, Leslie. ROXBOROUGH, Ian (Orgs). **A América Latina entre a segunda guerra mundial e a guerra fria.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo**. Globalização e competição. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.

DABAT, Alejandro. *El rumbo de la economía argentina durante el kirchnerismo*. *Economía UNAM*, 9 (26). http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1665-952X2012000200002&Ing=es%tlhg=es.2012.

FELDFEBER, Myrian; GLUZ, Nora. Las políticas educativas en Argentina: herencias de los 90, contradicciones y tendencias de “nuevo signo”. **Revista Educação e Sociedade**, v. 32, n.115, Campinas-SP, 2011

FEINMANN, José Carlos. **El flaco. Diálogos irreverentes con Néstor Kirchner**. Buenos Aires: Editora Planeta, 2011.

GAK, Abraham L.. Argentina. In: ELIAS, Antonio (comp.). (2006). *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Montevideo: PIT-CNT. Instituto Cuesta Duarte, 2006.

KATZ, Claudio. ¿Qué es el neodesarrollismo? Una visión crítica. Argentina y Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº122, abr/jun., 2015.

KENT, Rollin. (org.) *Los temas críticos de la educación superior en América Latina - vol. 2: los años 90. Expansión privada, evaluación y posgrado*. Fondo de Cultura Económica, México, 1997.

KIRCHNER, Néstor. *Discurso de asunción a la presidencia*. Disponível em <http://www.paronetto.org/discursos/kirchner.htm>

MECHON, Carlos. **Lineamentos estratégicos para el desarrollo productivo de la Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Producción, República Argentina, 2007.

MESZÁROS, I. **Para Além do Capital**. 3.ed. Boitempo, 2009.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. A economia brasileira no novo milênio: continuidade e mudanças nas estratégias de desenvolvimento. **Revista Economia contemporânea**, v.21, nº 2, Rio de Janeiro, may./ago., 2017.

MENDONÇA, Maria Luisa. **A ilusão do desenvolvimentismo**. Brasil de Fato, 18 de abril de 2012. <https://www.brasildefato.com.br/node/9355/>.

MURMIS, Miguel. PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre as origens do peronismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**. EDUSP, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, agosto, 2006.

OLIVEN, Arabela Campos. Universidade em contraste: Brasil e Argentina. In: **Sociedade e Estado**, Vol. XIV, n. 2 jul./dez, 1999.

SUASNABAR, Cláudio. Entre la inercia y la búsqueda de una nueva agenda política. Las políticas universitarias en el gobierno de Kirchner. Temas y debates. **Revista universitaria de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v.9, n.10, 2005.

Outras Fontes

G1 - militares argentinos condenados pela Lei de Kirchner

Submissão: Jul. 2019

Aprovado: Ago. 2019